

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: ALGUMAS LIÇÕES DO PASSADO REFLETIDAS NO PRESENTE

Keila Roberta Cavalheiro Guimarães
PPEB/UFPA/ Brasil
Keilaguimaraes2008@gmail.com

Maria de Fátima Matos de Souza
PPEB/UFPA/ Brasil
fmatoz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado parcial da dissertação de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica, curso de mestrado acadêmico da Universidade Federal do Pará. Tem por objetivo refletir sobre a trajetória histórica das experiências de educação integral em tempo integral realizadas no Brasil.

Nossa primeira aproximação com o objeto de pesquisa surge ainda no processo de formação acadêmica, curso de licenciatura plena em pedagogia (2008-2012) realizado na Universidade do Estado do Pará (UEPA), precisamente a partir de uma aula da disciplina Políticas Públicas e Educação. As legislações educacionais brasileiras que foram estudadas nas aulas durante a referida disciplina, fomentaram as primeiras curiosidades em investigar o contexto escolar no que se refere ao art. 34, parágrafo 2º e do art. 87, parágrafo 5º, que prevê a ampliação da jornada do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral, prevista na Lei n. 9.394/96.

Considerado um tema recorrente, a educação integral em tempo integral sempre esteve presente no Brasil na forma de programas e projetos. Durante alguns momentos de nossa história educacional, ela se fez presente de forma isolada, as experiências do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira, em Salvador- Bahia, na década de 50, dos Ginásios

Vocacionais, em São Paulo (década de 1960), dos famosos Centros Integrados de Educação Pública – Cieps, implantados por Darcy Ribeiro, nas décadas de 80 e 90, no estado do Rio de Janeiro, configuram-se como exemplos dessas experiências e servem de referências para diversos estudos no âmbito acadêmico.

Esta pesquisa constitui, nesse sentido, contribuir para a discussão do tema, oferecendo subsídios teóricos sobre a proposta da política de ampliação do tempo escolar, que se materializa no solo paraense e sobre as potencialidades que se identificam na realidade. Para o alcance do objetivo, utilizamos a pesquisa teórico-bibliográfica.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

As temáticas “educação integral” e “tempo integral” são temáticas que vêm se destacando no atual cenário político-educacional. Dentro deste debate algumas propostas de educação foram desenvolvidas visando melhorar a qualidade do ensino no país. Desde a década de 1950, tivemos no Brasil algumas experiências emblemáticas de implantação de propostas na educação básica que tinham como uma de suas finalidades promover uma educação integral em tempo integral.

O acúmulo dessas experiências, mesmo que descontínuas, realizada em diversos contextos do país, nos permite compreender que a efetivação de tal política demanda às redes escolares repensar formas de organização e distribuição de recursos tais como: financeiros, espaciais, humanos etc.

Conforme Cavaliere e Maurício (2009), a ampliação do tempo escolar proposta por estas experiências estão baseadas em argumentos que vão desde as práticas de democráticas, visando uma educação reformadora, até ideais eleitoreiros, com predomínio da preocupação assistencial sobre a pedagógica.

Para Palma Filho (2005), os projetos implementados no Brasil com vista à ampliação do tempo escolar para as escolas públicas brasileiras foram grandes vitrines políticas, pois, à custa de muita propaganda nos meios de comunicação,

convenciam a população de que eram a melhor solução para melhorar a qualidade da educação pública, favorecendo ainda mais, o clientelismo político no país.

Observamos que a partir da década de 1980 amplia-se o debate sobre a extensão do tempo diário de escolaridade, principalmente a partir da experiência dos CIEPs no Rio de Janeiro, mas, foi somente a partir da década de 1990 que essa política passa a ser prevista na legislação brasileira. Notamos que nos discursos oficiais, tal política passa a ser vista também como possibilidade de melhoria da qualidade do ensino na escola pública brasileira.

AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR, COMO POSSIBILIDADE DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO NO PAÍS

A partir da década de 1990 a discussão sobre a educação integral em tempo integral no Brasil ganhou espaço nas políticas públicas educacionais mais amplas, com a implantação de programas de tempo integral nas escolas públicas brasileiras. Com investimentos de recursos externos, a política pública educacional passou a elaborar e a executar seus projetos e programas selados em pactos de enfrentamentos de graves problemas que geram as desigualdades sociais.

Os estudos de Jesus e Borges afirmam que (2015, p. 6):

A influência das agências internacionais como o Banco Mundial têm causado à educação escolar consequências diretas no que se refere à qualidade no ensino. Nessa perspectiva, o Banco Mundial objetivando melhorar a qualidade do ensino aposta na ampliação do tempo de instrução, estabelecendo uma simples equação entre ampliação do tempo de instrução dos alunos e a qualidade do ensino. Essa visão proporcionou uma resignificação da escola em tempo integral visando concretizar esta aposta e alcançar a sonhada melhoria da qualidade do ensino.

O pacote de reformas elencadas pelo Banco Mundial, que tem como estratégia essa ação, não pode ser visto como a melhor alternativa para a melhoria da qualidade do ensino no país, uma vez que outros fatores estão atrelados nessa tarefa, tais como: os processos pedagógicos, o currículo, a

relação escola/comunidade, formação continuada dos professores, melhores condições de trabalho docente e outros. Para Libâneo (2010), os fatores internos são responsáveis pela melhoria do ensino, na medida que podem proporcionar a aprendizagem do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão histórica da (ou das) experiência (s) tem apontado a crença dos defensores da escola em tempo integral nas suas possibilidades qualitativas. Por outro lado, os resultados revelam que as experiências históricas não tiveram fôlego para sua consolidação enquanto política de Estado, no momento em que demonstram a descontinuidade e interrupções ocasionada pela troca de comandos administrativos, configurando-se como políticas de governos.

Neste sentido, percebemos que a partir da década de 90 as políticas educacionais brasileiras passaram a ser conduzidas por orientações de agências internacionais como o Banco Mundial e a UNESCO, no entanto, tais pacotes de reformas não podem ser vistos como melhor alternativa para melhoria da qualidade do ensino, uma vez que outros fatores estão atrelados nessa tarefa.

As considerações finais apontam que as experiências materializadas no Brasil sofreram influências políticas partidárias, que muitas vezes as desconfiguram de seus focos formativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996: dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

FERREIRA, C. M. F. S. *Escola de Tempo integral: possível solução ou mito na busca da qualidade?* 2007, 149f. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual Paulista, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 229, set.-dez. 2010.

MAURÍCIO, L. V. **Políticas pública, tempo, escola** In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). Educação Integral em Tempo Integral: estudos e experiências em processo. RJ et Alii. FAPERDJ, 2009.

PALMA FILHO, J. C. **Política Educacional Brasileira**: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: Cte Editora, 2005.